

CRISE, TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVO-TECNOLÓGICAS E TRABALHO: PANORAMA VISTO DO BRASIL

*Jorge Eduardo Mattoso**

1 - Introdução

A expansão do padrão de industrialização norte-americano ou fordista e a internacionalização da produção ocorrida no Pós-Guerra permitiram, por um lado, as recuperações japonesa e européia, a dinamização das empresas multinacionais, o surgimento de novos países industrializados, a crescente dominância da esfera financeira e a aparição de novos produtos e processos de trabalho. Por outro lado, gestou uma nova crise, constituída por estagflação, instabilidade financeira e quedas de produtividade, que acirrou a competição internacional e a propagação de fortes movimentos de reestruturação industrial e ajustes macroeconômicos.

Essa crise dos anos 70 colocou em xeque as bases da inusitada aliança de classes forjadas na anterior crise de 1929-45. Foram crescentemente questionados os vínculos entre os empresários industriais e agrícolas e os trabalhadores. Os empresários, cada vez mais voltados ao mercado internacional e subordinados à dinâmica financeira, afastaram-se dos compromissos anteriormente definidos com os trabalhadores.¹ Estes foram crescentemente responsabilizados pela redução da produtividade, pelos custos elevados e pelos "obstáculos à competição" gerados pelos instrumentos regulatórios do Estado.

Dessa forma, o processo de reestruturação industrial e o de ajustes macroeconômicos ocorridos nas décadas de 70 e 80 serão realizados sob a égide de uma nova "modernização conservadora". O caráter restringido e concentrado das mudanças tecnológicas e uma distribuição desigual dos custos — pagos pela crise financeira dos estados, pelos trabalhadores e pelos países periféricos — e benefícios — restringidos a determinados países, empresas e indivíduos —, resultantes das políticas de ajuste e reestruturação, geraram uma transformação produtiva sem "equidade".²

* Professor do Instituto de Economia (IE) da UNICAMP e Diretor Adjunto do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) do IE

¹ Trata-se de um compromisso explícito ou implícito no qual os trabalhadores, em troca do sistema de *welfare*, da elevação salarial e de políticas macroeconômicas orientadas ao pleno-emprego, aceitaram uma economia subordinada aos incentivos de mercado e ao princípio do lucro. Os empresários, por sua vez, aceitaram a instituição de política regulatória.

² A esse respeito, ver Tavares (1992).

2 - "Modernização conservadora" e trabalho

Uma parte significativa dos custos dessa profunda alteração do padrão de industrialização nas nações capitalistas avançadas foi jogado sobre os trabalhadores, através de sua fragmentação, da redução da representatividade sindical, da retração do *welfare* e da "flexibilização" do mercado de trabalho.

Ainda que de forma diferenciada, quer sejam os países que optaram pela alternativa ultraliberal de ajustes passivos e subordinados, quer se trate de países de "capitalismo organizado e regulado"³, e devido às respectivas histórias econômica e social, o mundo do trabalho vem sofrendo mudanças estruturais significativas, sob o manto da "modernização conservadora".

Essas transformações alteram o âmago do processo produtivo e o trabalho direta e indiretamente envolvido na produção, acentuando as características de exclusão econômica e social do sistema capitalista. Essas alterações irão afetar o conjunto do mundo do trabalho: suas relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho.

Se no início dos anos 80 esse processo era apenas identificado como consequência transitória da crise, após vários anos de crescimento econômico, iniciado em 1983/84, passou a ser avaliado em sua dimensão estrutural e tendencial, inclusive por estudos da Organização Internacional do Trabalho.⁴

Na realidade, esse processo tem duas faces distintas.

Por um lado, é desprendimento "lógico e funcional" de um novo paradigma de produção industrial de massa de bens diferenciados e do sistema integrado de produção flexível. Nesse sentido, aponta, inclusive, a necessidade de um novo trabalhador, mais escolarizado, participativo e polivalente (em contraposição aos trabalhadores especializados, parcelizados e desqualificados da produção fordista). A educação, antes uma conquista das sociedades enquanto direito do cidadão, passa a responder a uma necessidade econômica, colocando um problema suplementar a países, como o Brasil, que têm níveis educacionais muito baixos.

Esse novo segmento de trabalhadores localizados em empresas líderes, que valoriza sobretudo seu conhecimento técnico individual, pode até ver "humanizado" o seu trabalho e/ou ampliadas suas conquistas. Esses trabalhadores, necessários ao funcionamento permanente da nova produção capitalista (flexível, acentuadamente inovadora, em pequenos lotes, etc.) têm podido manter a garantia do emprego ou até mesmo elevar seus salários, ampliar a negociação coletiva (a nível de empresa) ou assegurar seu novo caráter polivalente, com educação e treinamento permanentes.

³ Expressão emprestada de Hilferding por M. C. Tavares (1992) para definir aqueles países, como Japão e Alemanha, cuja integração orgânica entre grandes empresas, bancos e o aparelho do Estado nacional permitiu uma alternativa mais articulada nacionalmente e de maior sucesso na reestruturação.

⁴ São inúmeros os trabalhos que apontam nessa direção. A título de exemplo, ver Standing (1990, 1991).

Por outro lado, apesar do aspecto inovador desse novo segmento de trabalhadores e das relações de trabalho que necessariamente se estabelecem,⁵ ele vem se mostrando reduzido, contrastando com a ampliação do desemprego e de trabalhadores sujeitos a novas formas de trabalho, precárias ou sem nenhuma proteção social, resultantes da outra face desse processo.

Trata-se aqui de um esforço concentrado de questionamento, por parte de antigos aliados do Pós-Guerra — hoje submetidos à dinâmica da esfera financeira —, de uma série de direitos ou conquistas dos trabalhadores e das sociedades, obtidos no ambiente internacional da bipolaridade, do Estado de bem-estar, das políticas econômicas de tipo keynesianas e do crescimento estável.

Esse outro lado do processo de transformação do trabalho leva à sua fragmentação e gera, através de crescente **insegurança do trabalho**, a paralisia política, o defensismo estratégico e a ampliação das dificuldades para se reconstituir uma nova hegemonia.

Vejamos como se dá esse processo de expansão da insegurança do trabalho em diferentes níveis.

Insegurança no mercado de trabalho: ocorre através da ampliação da migração espacial, do desemprego estrutural, do desemprego de longa duração, da desigualdade no mercado de trabalho e de alterações mais rápidas na estrutura do emprego (terciarização).

Efetivamente, em quase todos os países capitalistas avançados, após cerca de oito anos de crescimento, o desemprego alcançava, em 1990, duas vezes os níveis das décadas de 60 e 70.⁶ Em contrapartida, ampliava-se a desigualdade, já que o desempregado se mantém mais tempo nessa situação⁷ e tem menor cobertura da seguridade social e que os mais atingidos são os jovens, os trabalhadores mais idosos ou aqueles com menor qualificação (Perspect. de L'Employ, 1983, 1985, 1989, s.d.; Lab. Force Surv., 1981/91, s.d.; CFDT, 1991; EUROINST, 1990).

Insegurança no emprego: e maior fragmentação e dispersão da mão-de-obra dão-se pela redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e pela subcontratação de trabalhadores temporários, eventuais, em tempo parcial, à domicílio, aprendizes, estagiários, etc., estes "contratados" em condições claramente precárias, sem seguridade social, assistência médica, aposentadoria, etc.⁸

Ao mesmo tempo em que aumenta a "precarização" de parcelas da mão-de-obra, ampliam-se e consolidam-se mercados de trabalho "internos" e "externos" às firmas (MARSDEN, 1987; PIORE, 1980). Dada a crescente sobreposição de formas produtivas

⁵ Diferentes estudos observam essas novas relações e as definem conceitualmente por "toyotismo", "kalmarianismo" ou "cooperação proudhoniana", como, por exemplo, Boyer (1989); Leborgne e Lipietz (1989); ou Piore e Sabel, C.F. (1984).

⁶ Obviamente, com a recente recessão (1990-92), esses números ampliaram-se: nos países da OCDE, encontram-se hoje desempregados cerca de 30 milhões de pessoas, e, na CEE, são mais de 15 milhões os atuais desempregados.

⁷ Na França, um dos países mais afetados por essa forma de desemprego, o tempo médio de desemprego, em 1979, era de menos de 150 dias, enquanto, em 1989, se elevava a mais de 380 dias. Na CEE, em 1973, apenas 15% dos desempregados alcançavam mais de um ano nessa condição; em 1990, cerca de 50% dos 15 milhões de desempregados tinham mais de um ano de desemprego (Perspect. de L'Employ, 1983, 1985, 1989, s.d.; Lab. Force Surv. 1981/91, s.a.).

⁸ A esse respeito, ver Burtless, G. (1990).

heterogêneas, as grandes e modernas empresas tendem a reforçar a "precarização" de parcelas da força de trabalho, quando preferem subcontratar parte de sua mão-de-obra de pequenas empresas que, em sua maioria, participam de uma "economia informal".

Insegurança no posto de trabalho: ocorre através da ampliação das substituições de posto ou de conteúdo do trabalho dos empregados, muitas vezes a partir de decisões unilaterais ou a partir de "negociações" individuais. A maior flexibilidade dos horários e da jornada de trabalho reduz — quando não faz desaparecer — os tempos mortos de "descanso".

Insegurança de renda: através da contratação em condições de eventualidade e da deterioração do mercado de trabalho, os rendimentos tornam-se variáveis, instáveis ou sem garantia.

Na maioria dos países capitalistas avançados, observa-se o distanciamento entre o poder aquisitivo dos assalariados e o avanço da produtividade, com o efetivo rompimento da relação salário/produtividade, até recentemente vigente.

Mesmo entre os trabalhadores estáveis, essa relação é alterada. O rendimento desse trabalhador é maior do que o dos demais trabalhadores — para assegurar sua responsabilidade, integração e identificação com a empresa —, mas não guarda relação com a produtividade (MERTENS, 1990).

Insegurança nas relações de trabalho: ocorre através do movimento tendencial da negociação e da regulação do trabalho em direção a formas mais individualistas e promocionais, em contraposição às anteriores tendências de proteção.

O salário, por exemplo, tende a reduzir sua participação, enquanto crescem os ganhos ou os prêmios relativos à qualidade, à participação, etc., gerando formas de contratação cada vez mais individualistas (STANDING, 1990, 1991). É evidente que esse movimento se expressa diferentemente segundo o país, o nível de participação dos trabalhadores, a sindicalização e a capacidade das organizações sindicais de enfrentarem criativamente os desafios da flexibilização. No entanto aponta um problema crescente: a negociação coletiva encontra-se frente ao desafio da expansão dos trabalhadores precários e subcontratados e, conseqüentemente, sob risco de exposição jurídica do contrato coletivo de trabalho (KRAVARITOU — MANITAKIS, 1988).

Insegurança na reprodução do trabalho: através da redução das necessidades de trabalho vivo, da redução dos gastos sociais do Estado e da ampliação das formas de insegurança anteriores, aumentam as desigualdades sociais e surgem "novos" excluídos, social e economicamente falando, no seio mesmo dos países capitalistas avançados.

Sem dúvida, naqueles países que adotaram políticas ultraliberais, essa questão assume maiores proporções. No caso da Inglaterra, por exemplo, em 1989 a desigualdade da renda foi maior que em 1889 (*sic*), primeiro ano da realização de uma pesquisa de rendimentos confiável (STANDING, 1990, 1991). Nos EUA, não somente os salários reais médios dos trabalhadores industriais no final dos anos 80 estavam abaixo do nível de 1973 e a porcentagem da renda nacional recebida pelos 20% mais ricos e pelos 20% mais pobres tornou-se mais desigual que em 1950 (BURTLESS, 1990), também os trabalhadores norte-americanos passaram a trabalhar mais horas nos últimos 20 anos (SCHOR, 1991).

Insegurança na organização sindical: essas tendências anteriores têm acentuado a fragmentação dos trabalhadores, colocado suas organizações na defensiva, enfraquecido suas práticas reivindicatórias de conflito e negociação e reduzido seus

níveis de sindicalização (FREEMAN, 1990). Esses fatores terminam por diminuir a importância dos sindicatos na vida dos trabalhadores e da sociedade e, em contrapartida, por fortalecer o processo de exclusão econômica e social.⁹

Ao final de cerca de uma década de transformações na esfera tecnológica, produtiva e do trabalho, alterou-se também a divisão internacional do trabalho, como corolário do esforço bem-sucedido de reestruturação industrial de vários países europeus e asiáticos, sobretudo Alemanha e Japão, que passam a liderar importantes áreas do globo, estruturadas em blocos que concentram cada vez maiores porções dos fluxos financeiros e comerciais.

A bipolaridade constituída no Pós-Guerra é também colocada em xeque. Os países "socialistas" entram em crise, e desintegram-se o "bloco do Leste" e a própria União Soviética. Os EUA vêem questionada sua hegemonia econômica, mas mantêm-se hegemônicos nos campos diplomático, estratégico e militar.

Buscam recompor-se através da constituição do bloco econômico com o Canadá e o México, de uma renovada pressão sobre a ONU e demais organismos internacionais (FMI, BID, BIRD, etc.), da recuperação do papel de *gendarme internacional* e do controle de novas atividades bélicas visando à consolidação de uma *pax americana* e através do patrocínio (sobretudo para os outros, é claro!) de políticas ultraliberais de ajuste automático do balanço de pagamentos e de desregulação.

Em contrapartida, aumentou a marginalização de amplas áreas do globo, com o virtual colapso das economias periféricas e o aprofundamento da crise da dívida externa enfrentada, sobretudo, pelos países da América Latina. Os resultados, para os países periféricos, de mais de uma década de estagnação foram: o aumento da miséria e a degradação das condições de vida e de trabalho,¹⁰ o distanciamento crescente, a nível tecnológico e produtivo, dos países capitalistas centrais e sua marginalização dos centros financeiros, tecnológicos, comerciais e de poder internacionais.¹¹

Frente a problemas econômicos e sociais dessa magnitude, os sindicatos, os movimentos populares e os partidos políticos progressistas dos países centrais ainda se encontram na defensiva. Com a rediscussão da questão nacional de alternativas de desenvolvimento econômico, social e ecológico sustentado e com nova crítica a um sistema social que agrava desigualdades e produz exclusão, essas forças buscam reorientar sua ação política. No entanto ainda não foram capazes de criar uma alternativa para suas sociedades que indique para uma nova hegemonia, que extrapole

⁹ Esses elementos podem ser encontrados em maior ou menor grau nos países capitalistas desenvolvidos, pois dizem respeito à "nova" dinâmica do sistema. Entretanto, voltamos a insistir, em cada país seu impacto foi distinto, sobretudo devido aos mecanismos sociais e às modalidades de articulação de suas estruturas econômicas e sociais frente à crise.

¹⁰ Em 1990, o número de pessoas vivendo abaixo do limite de pobreza na América latina alcançou 204 milhões, ou seja, 40% da população e 44% da força de trabalho estava desempregada ou subempregada. Os níveis de degradação das condições de vida e trabalho podem ser conferidos no **Relatório da Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe** (PNUD/BID, 1991).

¹¹ A situação atual continua pouco favorável a uma integração exitosa e dinâmica da América Latina na economia internacional. Além de uma improvável integração com os EUA (seja pela falta de recursos do Governo norte-americano, seja pela crise da dívida externa), a América Latina só vem implementando uma difícil integração parcial no Cone Sul ou a tentativa individual de encontrar "nichos de mercado" e de privilegiar relações particulares com países de excedentes de capitais e de mercados complementares (TAVARES, 1992).

a classe operária e seus tradicionais aliados e incorpore novos agentes sociais e outras contradições situadas além do local de trabalho e do processo de valorização.

O recente processo recessivo e a existência de um sentimento mais generalizado de insegurança sob a "modernização conservadora" vêm colocando dois "novos" elementos. Por um lado, ocorre o renascimento do espectro do nacionalismo, dos movimentos de extrema direita, do chauvinismo e da xenofobia em ambos os lados do Atlântico Norte. Por outro, até mesmo nos EUA e na Inglaterra deixa-se de lado o discurso neolateral e buscam-se outros caminhos, inclusive com o apelo — ainda tímido — em direção a uma maior participação do Estado na questão social, nos investimentos de infra-estrutura, na educação e no treinamento, em política industrial e C&T, etc.¹² A continuidade das dificuldades norte-americanas frente à competitividade e ao poderio econômico japonês apontam, inclusive, o resurgimento de políticas claramente protecionistas.

3 - Crise e trabalho no Brasil

Para o Brasil e suas forças progressistas, a discussão dessas questões é fundamental. A crise em que estamos submersos por tantos anos tem, muitas vezes, imposto uma dinâmica "conjunturalista" e impedido de ver com clareza as transformações por que passa o Mundo e como assumiremos nossas relações com a comunidade internacional. No entanto torna-se cada vez mais evidente que a forma a ser encontrada para a saída da crise irá nortear o padrão de desenvolvimento econômico e social do futuro.

O Brasil do Pós-Guerra, em menos de 30 anos, transformou-se em uma economia urbana e industrial, complexa e integrada, mas profundamente excludente e desigual. A ditadura militar instalada em 1964 impediu, pela força, a organização popular e sindical e favoreceu o processo de concentração da renda nacional. Em meados da década de 70, o movimento sindical rompeu as barreiras da repressão e da política econômica do regime militar e assumiu um papel crescente na história do País. As grandes greves de 1978 e 1979 e o Movimento das Diretas Já, em meados da década seguinte, contaram com a participação organizada de um novo e significativo proletariado urbano.

Ao contrário da maioria dos países avançados e da América Latina, os anos 80 foram, para o sindicalismo brasileiro e para as forças progressistas, anos de dinamismo e de conquista de reconhecimento social. Por um lado, foram reconquistados direitos, organizaram-se centrais sindicais e ampliou-se a sindicalização. Por outro, a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva e a constituição de uma inédita aliança de forças progressistas que quase chega à presidência do País em 1989, na primeira eleição presidencial pós-regime militar, indicaram o crescimento do movimento popular e das forças democráticas.

¹² Até mesmo uma revista como a *Time*, em seu número de 13 de janeiro de 1992, pergunta, em sua matéria de capa, Does America need a New Deal for the nineties?

Porém, apesar do avanço e da dinâmica observados ao longo da década de 80, as forças progressistas não conseguiram impedir a ofensiva conservadora e reverter a grave crise econômico-social que se estende até nossos dias. Não menos importantes, a extensão e a profundidade dessa crise nos primeiros anos da década de 90 também atingem as suas bases sociais (trabalhadores organizados, movimentos de classe média urbana) e iniciam um processo de fragmentação e de favorecimento às saídas individualistas e conservadoras.

Mas que crise é essa?

A partir de 1974, com a reversão do ciclo expansivo, já havia indicações dos limites do modelo baseado na produção de bens de consumo duráveis com concentração da renda. A partir do início da década de 80, a economia brasileira — cada vez mais internacionalizada e com sua dinâmica limitada pela exclusão e pela concentração da renda — também vai "perder" a trajetória de crescimento acentuado e de expansão do PIB *per capita* obtida desde o Pós-Guerra.

A gestão passiva e conservadora ao longo dos anos 80 foi solidária com os grandes credores internacionais, e sua lógica financeira evitou quaisquer mudanças estruturais. O objetivo primeiro foi pagar a dívida externa seguindo o receituário conservador: promovendo ajustes recessivos, acentuando a "competitividade espúria"¹³ de nossas exportações com a ampliação de subsídios, dificultando ainda mais as importações, elevando juros para assegurar a rolagem da dívida interna, favorecendo, assim, a estagnação tecnológica e condenando partes significativas da estrutura industrial à virtual obsolescência em que hoje se encontram. Os seguidos planos de estabilização — ortodoxos ou heterodoxos, mas sempre unilaterais e voluntaristas, desprovidos de um projeto negociado de um novo padrão de desenvolvimento para o País — não conseguiram impedir a persistência da inflação e a expansão das incertezas.

O Governo Collor assumiu o compromisso de eliminar a inflação e abrir uma era de estabilidade e crescimento. No entanto a subordinação ao paradigma liberal e as características voluntárias e contraditórias fizeram com que os novos planos de estabilização apenas adiassem a explosão de preços, sem articular com a sociedade os parâmetros de um novo padrão de crescimento, indispensável a uma estabilização duradoura.

A crise dos anos 80, e que se prolonga até hoje, é uma crise de esgotamento de um padrão de desenvolvimento excludente e incapaz de dar conta da incorporação dinâmica à economia internacional. Isso significa que não são soluções parciais ou voluntaristas que assegurarão a retomada do crescimento e da industrialização. Torna-se necessário reordenarem-se os parâmetros de produção, acumulação e consumo, restaurando-se as condições de funcionamento do Estado, redefinindo-se o padrão de financiamento doméstico e internacional da economia, modificando-se as normas de incorporação do progresso técnico e as formas de inserção internacional do País, iniciando-se um processo de desconcentração da renda e reorientando o conjunto das relações de trabalho.

¹³ Segundo Fajnzylber (1988).

No campo do trabalho, como em outros, o Brasil tem que enfrentar, praticamente ao mesmo tempo, problemas presentes, resultantes do seu passado histórico, e problemas futuros. Como problemas resultantes do passado podem ser identificados, dentre outros: exclusão social, concentração da renda e das propriedades urbana e rural; demanda ainda elevada de postos de trabalho — 25 milhões nesta década e na próxima — apesar da transição demográfica e da redução das taxas de fecundidade e natalidade; heterogeneidade do mercado de trabalho e persistência de elevados níveis de subemprego e de baixos salários; legislação trabalhista de cunho corporativo e ausência de contrato coletivo de trabalho; sindicatos relativamente pouco organizados no interior da fábrica e com propostas ainda reativas; centrais sindicais combatíveis, mas ainda recentes e com poucas oportunidades de negociação,¹⁴ e um empresariado acostumado a não dividir poder e resistente à negociação direta, seja a que nível for (da empresa, do setor ou nacional).

Como problemas do futuro, estão todas as conseqüências das recentes transformações financeiras, produtivas e tecnológicas. Suas repercussões sobre o mundo do trabalho dos países centrais, mesmo naqueles que rejeitaram o ajuste passivo, vêm sendo intensas (flexibilização de máquinas, equipamentos e organização industrial, desemprego estrutural, expansão de mercados de trabalho duais, fragmentação e dispersão da mão-de-obra, expansão de postos de trabalho precários, novas exigências de qualificação de parcela da mão-de-obra através da educação, treinamento e reciclagem permanentes, etc.).

Imaginemos agora, *grosso modo*, três diferentes cenários alternativos e como se resolveriam — ou não — esses problemas.

O **primeiro cenário** é o de estagnação e de fortalecimento dos setores rentistas, vinculados à especulação e ao setor financeiro internacional. É o cenário da crise que não desata. Seria a manutenção do padrão de desenvolvimento anterior, com insignificantes alterações nas normas de produção, acumulação e consumo, preservação das deficiências estruturais resultantes da fase de substituição de importações, desindustrialização acentuada e deterioração das condições gerais de vida e trabalho existentes. Esse cenário seria uma trágica reprodução da década de 80, onde o Brasil se manteria marginalizado das transformações recentes e dos principais fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos mundiais. Nessa hipótese, seriam mantidas as principais características das atuais relações capital/trabalho, e agravar-se-iam as condições de fragmentação social.

O **segundo cenário** é o passivo e subordinado, semelhante àquele propugnado pelos EUA e adotado como paradigma pelos principais organismos financeiros internacionais. Defendido pelas autoridades econômicas do Governo Collor e orientado pelo paradigma liberal, identifica as bases da crise nos obstáculos interpostos pelo Estado, sindicatos e oligopólios ao livre funcionamento dos mecanismos de mercado e no tratamento diferenciado dado aos capitais de origem nacional e estrangeira. Suas palavras de ordem são: liberalização, privatização e desregulação. Em sua versão **pessimista**, esse cenário desembocaria no primeiro, já que suas políticas se chocariam

¹⁴ Para uma análise do desenvolvimento recente do sindicalismo brasileiro e de seus desafios, ver Mattoso, Oliveira (1990 ou 1991).

com a realidade das atuais tendências da acentuada concorrência internacional e do desenvolvimento excludente e heterogêneo do País. Em sua versão otimista, esse cenário se deslocaria em direção à "via chilena", ou seja, uma via onde a deterioração das condições sociais e o renascer do autoritarismo se daria *pari passu* com o desmantelamento de setores produtivos internos. Nessa hipótese, seria possível o surgimento de algumas "ilhas de excelência e produtividade" em meio ao sucateamento industrial e ao agravamento das desigualdades sociais e regionais. A sociedade brasileira ver-se-ia, então, não somente frente aos problemas do atraso, mas também frente aos problemas de uma nova "modernidade selvagem". Nas condições brasileiras (economia e sociedade industriais, urbanas, fechadas, heterogêneas e desiguais), o "sucesso" do neoliberalismo não superaria o passado de atraso nem se estenderia ao conjunto do País, mas apenas consolidaria eventuais "nichos de mercado" e ampliaria, portanto, as desigualdades sociais e regionais¹⁵. Esse cenário, no entanto, acentuaria a fragmentação das bases populares, sobretudo dos trabalhadores, de maneira até mais profunda que a observada nos países avançados, que optaram pelo ultraliberalismo. Tal situação poderia ser compatível com alguma negociação entre parcelas atrasadas e corporativas do movimento sindical e setores industriais incorporados às "ilhas de excelência e produtividade", através de eventuais acordos coletivos localizados e por empresa.

O terceiro cenário é o ativo/negociado, que visaria enfrentar as extraordinárias dificuldades do presente para resolver as conseqüências do passado de atraso e do futuro de "modernidade". Trata-se da negociação de um verdadeiro projeto nacional, objetivando articular a formação de um bloco social "produtivo-distributivo" capaz de enfrentar os desafios da Terceira Revolução Industrial e a gestação de um novo padrão de desenvolvimento com distribuição de renda.

Além das condições impostas pelas transformações estruturais em curso nos países capitalistas, a trajetória recente da economia, do Estado e da sociedade brasileira indicam dificuldades significativas para a consolidação desse terceiro cenário. Sem dúvida, o esgotamento do processo de substituição de importações e do padrão de financiamento doméstico e internacional da economia, as condições de funcionamento de um Estado cartorial e privatizado e o incipiente processo de democratização de uma sociedade heterogênea e de fortes traços corporativos e autoritários são obstáculos maiores.

Quando vemos as condições internacionais e as dificuldades brasileiras, esse cenário parece utópico e seus obstáculos intransponíveis. No entanto pode ser aceitável a sociedade gerada nas hipóteses anteriores, com tudo que ela representa de exclusão social e de riscos de retrocesso democrático e fortalecimento do corporativismo e do autoritarismo? E os problemas do futuro, duramente enfrentados por sociedades sem os nossos problemas estruturais, não merecem ser encarados de frente?

O enfrentamento dessas questões do presente, tendo em vista a superação das condições de atraso do passado e os efeitos de exclusão do futuro, é o grande desafio desse cenário. Em outras palavras, trata-se de assegurar a reestruturação industrial e

¹⁵ Se as mudanças em curso nos países avançados (com economias e sociedades mais homogêneas, com tradição democrática e abertas) foram capazes de afetar de maneira tão intensa as condições de produção e de trabalho daqueles países, bem podemos imaginar o seu impacto em uma sociedade como a nossa.

a incorporação dinâmica e não subordinada do Brasil à economia internacional, com democracia e equidade.

Entretanto a solução desse grande desafio, nas condições do Brasil e do mundo de hoje, não estará na **exclusividade** de algum dos modelos ou de tendências até aqui existentes. Nesse cenário, constituir-se-ia uma nova e distinta negociação social, que permitisse articular — ainda que lentamente — as forças sociais capazes de "sacudir a poeira" e, no futuro, "dar a volta por cima".

Nesse caso, dado que a economia capitalista moderna vem reduzindo mais rapidamente a incorporação do trabalho vivo e do direito a um trabalho economicamente útil e remunerado, esse compromisso permitiria sua evolução futura na direção da formação de uma nova hegemonia, que incorpore também novos atores sociais, ações e/ou relações **não econômicas** e uma nova divisão do produto social. Somente essa nova divisão do produto social poderia garantir a efetiva incorporação dos miseráveis e excluídos do passado e do futuro, não exclusivamente através do Estado, como no fordismo, mas através da redução da jornada de trabalho e do desenvolvimento de ocupações úteis do ponto de vista social, ainda que diferentes do trabalho assalariado em seu sentido tradicional.¹⁶

Nas condições brasileiras, essa negociação social, se, por um lado, deve ter por eixo os trabalhadores organizados, por outro, não pode ter por aliados **exclusivos** os camponeses (na versão leninista) ou os modernos empresários industriais e agrícolas (na versão social-democrata). Ambas as versões não têm base real na sociedade brasileira, preponderantemente urbana e industrial e profundamente heterogênea. Se bem que a manutenção da crise nacional já tenha produzido algumas defecções importantes,¹⁷ há que se considerar que parcelas consideráveis dos "modernos" empresários industriais e agrícolas preferiram assegurar uma suposta incorporação ao mercado internacional, através de políticas defensivas e subordinadas, reduzindo à retórica o antigo eixo nucleador das alternativas nacionais empresariais: o crescimento econômico.

Na verdade, sem a incorporação à produção, ao consumo e à cidadania dos miseráveis e excluídos de nossas sociedades e sem a articulação com determinados setores considerados "atrasados" — e, portanto, com contradições imediatas com o neoliberalismo —, a simples aliança dos trabalhadores organizados com o "moderno empresariado", nas atuais condições de privatização do Estado e de subordinação do setor produtivo às esferas financeiras nacional e internacional, poderia não gerar a transformação produtiva com o crescimento e a equidade que desejamos, mas um outro modelo cujas "ilhas de excelência e produtividade" não ocultariam a maior heterogeneidade, concentração da renda e exclusão social.

As forças progressistas um duplo desafio coloca-se. Por um lado, ter a capacidade de romper com dogmas e corporativismos e, por outro, recuperar a democracia não

¹⁶ Como, por exemplo, o trabalho doméstico e atividades autônomas.

¹⁷ A esse respeito, é sintomática a disputa que se travou recentemente nas eleições da FIESP, onde pela primeira vez disputaram posições abertamente divergentes quanto ao neoliberalismo, ao papel do Estado, às políticas industrial, de ciência e tecnologia, etc. Não menos importantes são as atividades de organismos empresariais como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) ou Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), que congregam importantes grupos empresariais.

apenas como valor fundamental e elemento constitutivo da sociedade futura, mas também como espaço de criação de novos direitos e de crítica social.

Somente a resolução de ambos os desafios e a defesa de uma ampla articulação social e política de um bloco "produtivo-distributivo", visando sair da crise de maneira democrática e negociada, assegurando a integração gradual dos excluídos e a defesa da Nação em um novo e indispensável processo de inserção internacional, serão capazes de galvanizar a sociedade em torno de um projeto. A saída da crise em torno de um projeto nacional poderá, então, abrir as portas para a redefinição de uma nova e criativa hegemonia transformadora.

Bibliografia

- BOYER, R. (1989). **New directions in management practices and work organization: general principles and national trajectories.** Helsinki. (Mimeo).
- BURTLESS, B. (1990). **A future of lousy jobs? The changing structure of US wages.** Washington: The Brookings Institutions.
- CANO, W. (1991). **Reflexões para uma política de resgate do atraso social e produtivo do Brasil na década de 90.** Campinas: CEDE/IE/UNICAMP.
- CFDT (1991). **Aujourd'hui, emploi et marchés du travail.** Paris, n.102.
- COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA AMÉRICA LATINA E O CARIBE (1991). **Nossa própria agenda.** PNUD/BID/OIT.
- EUROINST (1990). **L'avenir du travail.** Bruxelles: Institut Syndical Européen/CES.
- FAJNZYLBER, F. (1988). **Competitividad Internacional: objetivo de consenso, tarea árdua.** Santiago de Chile. (Mimeo).
- FREEMAN, R. (1990). On the divergence of unionism among developed countries. In: BRUNETTA, R., DELL'ARINGA, C., ed. **Labour regulations and economic performance.** London: Macmillan.
- KRAVARITOU-MANITAKIS, Y. (1988). **New forms of work: labour law and social security aspects in the European Community.** Ireland: European Foundation for the Improvement of Living and working Conditions.
- LABOUR FORCE SURVEYS 1981/91 (s.d.). Bruxelles: EUROSTAT.
- LEBORGNE, D., LIPIETZ, A. (1989). Deux stratégies sociales dans la production des nouveaux espaces économiques. **Couverture Orange**, Paris: CEPREMAP, n.8911.
- MARSDEN, D. (1987). Collective bargaining and industrial adjustment in Britain, France, Italy and West Germany. In: DUCHÔNE, F., SHEPHERD, G., ed. **Managing industrial change in Western Europe.** London: Frances Pinter.
- MATTOSO, J. F., OLIVEIRA, M. A. (1991). Desenvolvimento excludente, crise econômica e desafios do sindicalismo brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.4, n.3/4.
- MATTOSO, J. E., OLIVEIRA, M. A. (1990). Le tournant des années 90. **Revue M.**, Paris, n.42, dec.

- MERTENS, L. (1990). **Crisis económica y revolución tecnológica**. Caracas: Nueva Sociedad.
- PERSPECTIVES DE L'EMPLOI 1983 (s.d.). Paris: OCDE.
- PERSPECTIVES DE L'EMPLOI 1985 (s.d.). Paris: OCDE.
- PERSPECTIVES DE L'EMPLOI 1989 (s.d.). Paris: OCDE.
- PIORE, M. J. (1980). Economic fleectuation, job security and labour market duality in Italy, France an the United States. **Politics and Society**, v.9, n.4.
- PIORE, M. J., SABEL, C. F. (1984). **The second industrial divide**. New York: Basic Books.
- SCHOR, Juliet B. (1991). **The overworked american**. New York: Basic Books.
- STANDING, G. (1991). **Labour insecurity through market regulation: Pegacy of the 80's**. Geneva: OIT. (Mimeo).
- STANDING, G. (1990). Labour regulation and social policy in an era of fragmented flexibility. Italy: European University Institute. (Mimeo).
- TAVARES, M. da C. (1992). Restructuración industrial y políticas de ajuste macroeconómico en los centros: la modernización conservadora. **InvestigaciónEconómica: México: UNAM**, v.51, n.199.
- TIME (1992). Does America need a new deal for the nineties? New York, v.139, n.2, Jan.